

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.082 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 2000

ACM: mínimo é questão de consciência

Quem votou com a oposição na questão do mínimo não deve ser retaliado porque o tema é questão “de consciência”, diz o senador Antonio Carlos Magalhães.

PÁGINA 2

O encarte *Histórias do Brasil*, editado pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, circula com a edição de hoje do *Jornal do Senado*.



O diretor do Banco Central Carlos Eduardo de Freitas (C) compareceu à comissão para explicar por que a operação de crédito foi solicitada

CAE autoriza empréstimo para liquidar banco estadual de Alagoas

Ao aprovar a matéria, senadores decidem pedir ao Ministério Público a apuração de eventuais irregularidades praticadas na instituição, cujas dívidas saltaram em três anos de R\$ 22 milhões para mais de R\$ 400 milhões

Iris: decisões seriam tomadas pelo governo federal



IRIS DENUNCIA PRESSÕES DE MULTINACIONAL CONTRA AMIANTO

PÁGINA 12



Plenário aprovou requerimento das lideranças pedindo urgência para votar a dívida paulistana

ROLAGEM DA DÍVIDA DE SP SERÁ VOTADA NA TERÇA-FEIRA

PÁGINA 5

Os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovaram ontem a operação de crédito de R\$ 427 milhões, destinada a financiar a liquidação do Banco do Estado de Alagoas (Pro-duban) e a criação de uma agência de fomento estadual.

PÁGINA 3

Comissão acolhe seis pedidos de refinanciamento

PÁGINA 3



Capoeira poderá integrar patrimônio cultural brasileiro

PÁGINA 5

Projeto aprovado pelo Senado obriga governo a estimular a prática da capoeira no país

ACM não crê em retaliações por causa do mínimo

Presidente do Congresso confirma sessão no dia 10, às 19h, para votar novo salário e descarta hipótese de o governo punir integrantes de sua bancada que defenderam valor maior que R\$ 151 na quarta-feira passada

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, não acredita que o governo retalie os parlamentares que, na sessão de quarta-feira passada, defenderam um salário mínimo maior que R\$ 151. Ele também não vê fundamento em especulações sobre manobras políticas para isolar o PFL da base de sustentação parlamentar do governo:

— Só os inexperientes, que não é o caso do presidente Fernando Henrique, agem em termos de retaliações, quando pessoas defendem coisas que são de consciência. O governo não vai precisar de sua maioria apenas um dia, mas vai precisar sempre — afirmou.

O senador marcou para 10 de maio, às 19h, sessão do Congresso para apreciar a medida provisória que fixou o novo valor do mínimo.

Antonio Carlos disse que “o mesmo espetáculo” de embate entre as lideranças do governo e da oposição poderá ocorrer, caso os dois lados não cheguem a um acordo em torno da votação do novo salá-

Antonio Carlos disse que embate entre governo e oposição pode se repetir no dia 10 caso não seja costurado um acordo



rio mínimo, até a data marcada para a sessão.

O deputado Aloizio Mercadante, líder do PT na Câmara, se reuniu com Antonio Carlos, a quem revelou a disposição das oposições de obstruírem os trabalhos nas duas Casas do Congresso, até que surja um entendimento em torno do mínimo:

— Com a quebra de confiança ocorrida neste episódio, entendemos que o único canal de negociação e entendimento em torno des-

ta matéria é a presidência do Congresso, pois o senador Antonio Carlos respeitou o Regimento e cumpriu todos os acordos que assumiu — destacou o deputado.

Antonio Carlos Magalhães preferiu ressaltar que a negociação deverá ocorrer entre as lideranças partidárias, oferecendo-se como “coadjuvante” para que se chegue a um novo acordo. “Todos os líderes são os canais de negociação e, se o governo quiser, tudo muda”, observou.

Plenário vota hoje a programação monetária para segundo trimestre

O Plenário do Senado vota hoje a programação monetária para o segundo trimestre de 2000, matéria que já obteve parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde foi relatada pelo senador Bello Parga (PFL-MA).

Já aprovada pelo Conselho Monetário Nacional e enviada ao Senado pelo Banco Central (BC), a programação prevê pequena expansão da base monetária, levando em conta indicadores macroeconômicos. Para os próximos meses, os técnicos do BC acreditam no crescimento da atividade econômica nacional.

Os senadores também realizam

o quinto e último dia de discussão da proposta de emenda constitucional que prorroga por dez anos a aplicação, no Nordeste e no Centro-Oeste, de percentuais mínimos dos recursos destinados pela União à irrigação. Do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), o objetivo da emenda é garantir que o Nordeste continue, por mais dez anos, com 50% desses recursos, ficando o Centro-Oeste com 20%.

Consta ainda na pauta de hoje a votação de decretos legislativos renovando as concessões das rádios Clube de Itapira, de São Paulo, e Marcelino Ramos, do Rio Grande do Sul.



Bello Parga foi o relator da programação monetária na Comissão de Assuntos Econômicos

Tebet: Conselho de Ética recebeu novas denúncias

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), informou ontem que recebeu do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, novas denúncias de irregularidades atribuídas ao presidente e líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA). Ele afirmou que vai anexar os documentos ao dossiê já encaminhado à Mesa por Antonio Carlos. Jader, que também apresentou dossiê contra o presidente do Senado, já requereu ao conselho cópia desses documentos.

Tebet concedeu entrevista logo depois de adiar, por falta de *quorum*, a reunião do conselho que se realizaria ontem de manhã. Novo encontro está marcado para a próxima quarta-feira, a partir das 17h, quando Tebet dará ciência aos senadores do teor dos dois dossiês. Até lá, será designado relator para o caso, conforme prevê a Resolução nº 20, que criou o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e disciplina o seu funcionamento. Alternativamente, a resolução prevê a possibilidade de que matérias como essas sejam submetidas a exame e parecer de subcomissão composta por três membros.

Na mesma reunião, será colocada em votação questão de ordem apresentada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). Ele propõe que, independentemente de um parecer sobre o caso, o conselho aplique a pena de advertência a Antonio Carlos e Jader, com base na troca de insultos entre eles, ocorrida em Plenário no dia 5.

— O adiamento também servirá para que eu tenha tempo de ler e analisar os novos documentos encaminhados pelo presidente do Senado — explicou Tebet.



Tebet: adiamento da reunião de ontem servirá para melhor análise dos documentos

Brasil 500



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 2000

PLENÁRIO

Sexta-feira
9h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 66/99, que altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; PDL nº 71/2000, que trata da programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2000; PDL nº 137/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Itapira para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itapira (SP); e PDL nº 139/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Marcelino Ramos para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marcelino Ramos (RS).

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CAE aprova acordo para liquidar o Produban

Empréstimo de R\$ 427 milhões da União para Alagoas financiará a extinção do banco estadual, sob intervenção do BC há cinco anos, e viabilizará a criação de uma agência de desenvolvimento. Parecer foi aprovado com duas emendas

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem empréstimo no valor de R\$ 427 milhões destinado a financiar a extinção do Banco do Estado de Alagoas (Produban) e a criação de uma agência de fomento estadual. A operação de crédito faz parte do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual da Atividade Bancária (Proes), do governo federal.

A CAE aprovou a operação de crédito após o relator da matéria, senador Bello Parga (PFL-MA), acolher emendas apresentadas pela senadora Heloísa Helena (PT-AL). A primeira solicitação ao Ministério Público a apuração de supostas irregularidades praticadas pelos interventores e liquidantes do Produban, ao longo desses cinco anos, e a segunda propõe medidas de fortalecimento da agência de fomento, a ser criada no estado.

A aprovação do empréstimo ao Produban só foi possível depois que os senadores reuniram-se a portas fechadas com o diretor do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, a fim de esclarecer dúvidas levantadas pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e pela senadora Heloísa Helena.

Os senadores queriam saber, entre outras coisas, quais foram os credores que se habilitaram ao proces-

so de liquidação e o que motivou a elevação da dívida do banco de R\$ 22 milhões para mais de R\$ 400 milhões, depois que o Produban foi liquidado extrajudicialmente, em 1997.

Renan Calheiros disse estranhar que a Comissão de Assuntos Econômicos aprovasse o financiamento sem tomar conhecimento da relação dos credores do Produban que seriam ressarcidos. Em resposta, o diretor do Banco Central informou que os credores são o próprio Banco Central, a Caixa Econômica Federal e o Banco Econômico.

Calheiros também protestou contra norma do BC que exclui o liquidante de qualquer responsabilidade futura dos atos praticados na intervenção. "Trata-se de uma novidade nunca vista na legislação", observou o senador. Ele também manifestou a sua estranheza quanto à aprovação do empréstimo "a toque de caixa", sem uma análise mais profunda das causas que levaram o Produban a fechar as portas.

A senadora Heloísa Helena disse não entender os motivos pelos quais a dívida do banco aumentou tanto depois que o BC decidiu liquidar a instituição financeira. A senadora defendeu uma auditoria no banco relativa ao período em que sofreu intervenção e foi liquidado.



Calheiros criticou a aprovação feita "a toque de caixa"



Heloísa estranhou crescimento da dívida do banco



Técnicos do Banco Central e o governador de Alagoas compareceram à CAE para prestar informações aos senadores

Lessa pede mais verbas para fomento

O governador de Alagoas, Ronaldo Lessa, que compareceu como convidado à reunião, reconheceu que a agência de fomento para o estado deve ter mais recursos, e não apenas os R\$ 4 milhões já destinados pelo Banco Central. A agência de fomento de Goiás, por exemplo, conforme informou, recebeu recursos da ordem de R\$ 60 milhões.

O Produban, de acordo com informações de técnicos do Banco Central ouvidos na reunião, já apresentava problemas desde 1995, ano em que o BC tentou recuperar as finanças da instituição através do

Regime de Administração Especial Temporária. Mas, segundo os técnicos, os problemas aumentaram, principalmente os relacionados à insolvência patrimonial, o que levou o BC a liquidar extrajudicialmente o banco, em 1997.

De lá para cá, ainda conforme os funcionários do BC, a situação do Produban se agravou. O banco parou de captar e os seus devedores deixaram de pagar, gerando perda de

receita para suportar o custo administrativo, o que teve impacto negativo sobre o seu patrimônio.

O estado de Alagoas, com a liquidação do banco, passou a ser o responsável por todo o passivo e o financiamento no valor de R\$ 427 milhões permitirá que o governo alagoano pague os credores do Produban, além de administrar os ativos remanescentes, como prédios e operações creditícias.



Lessa defendeu mais recursos para agência de fomento

Três cidades e dois estados poderão refinanciar títulos emitidos até 1998

Projetos de resolução autorizando a União a refinar os títulos emitidos por Campinas, Osasco, Guarulhos, Alagoas e Santa Catarina para pagar precatórios foram aprovados ontem pela CAE. A comissão autorizou também o refinanciamento da dívida da Paraíba com o Banco do Nordeste, no valor de R\$ 108,9 milhões.

A decisão contempla os papéis emitidos até 31 de dezembro de 1998 que estejam em poder de terceiros. Foram refinanciados os seguintes valores:

R\$ 137,8 milhões de Campinas; R\$ 193 milhões de Osasco; R\$ 31,7 milhões de Guarulhos; R\$ 807,1 milhões de Alagoas; e R\$ 581,6 milhões de Santa Catarina.

Durante a discussão da matéria, o presidente da comissão, Ney Suassuna (PMDB-PB), argumentou que todo esforço devia ser feito para que essas unidades da Federação não fossem punidas. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) absteve-se em todas as votações, posicionando-se contra o refinanciamento de Alagoas e Santa Catarina.

Os projetos foram relatados e receberam pareceres favoráveis dos seguintes senadores: Eduardo Suplicy (PT-SP), Campinas; José Fogaça (PMDB-RS), Osasco; Bello Parga (PFL-MA), Guarulhos; Geraldo Althoff (PFL-SC), Alagoas; e Paulo Souto (PFL-BA), Santa Catarina. O refinanciamento da dívida da Paraíba foi relatado pelo senador Luiz Otávio (sem partido-PA).

Na mesma reunião, a CAE aprovou parecer do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) favorável a pedido da prefeitura de Uiratã (PR) para contratar empréstimo de R\$

900 mil junto ao Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, administrado pelo Banco do Estado do Paraná, para investir em infraestrutura urbana.

Acatando parecer do senador Geraldo Althoff, a comissão decidiu enviar ofício ao presidente da República sugerindo alteração na próxima edição da Medida Provisória 2.022/00. Isto para sanar tratamento desigual apontado pela prefeitura do Rio de Janeiro no refinanciamento de dívidas mobiliárias. O argumento da prefeitura é o de que,

no caso da dívida dos municípios, não houve possibilidade de retroagir o saldo inicial do débito, ficando o mesmo submetido a juros de mercado até a formalização final do contrato.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A CAE decidiu também realizar audiência pública com o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, na próxima terça-feira, às 17h. A audiência foi requerida pelos senadores Eduardo Suplicy, Pedro Simon (PMDB-RS) e Ernandes Amorim (PPB-RO).

Comissão vota MP dos bingos na quinta-feira

Com a reedição da medida provisória, relator da comissão mista estuda a possibilidade de desdobrar seu projeto de conversão em dois – um tratando exclusivamente do desporto e outro disciplinando os bingos

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO), relator da comissão mista encarregada da análise da medida provisória que altera a Lei Pelé, informou ontem que não houve acordo com o governo para que o Executivo editasse uma MP tratando apenas do funcionamento dos bingos. Com isso, acrescentou, o projeto de conversão elaborado pelo senador deverá ser votado somente na próxima quinta-feira.



Maguito Vilela (na mesa, à esquerda) pretende, primeiro, conhecer o teor da medida provisória para, depois, decidir sobre eventual alteração de seu projeto de conversão

O senador acrescentou que o Palácio do Planalto estaria reeditando ontem a medida provisória que institui a taxa de funcionamento dos bingos e impõe uma série de dispositivos à legislação esportiva. Maguito quer conhecer primeiro os termos da iniciativa do Executivo para depois discutir com os demais membros da comissão e, possivelmente, promover novas alterações em seu projeto de conversão.

Maguito Vilela determinou à as-

essoria do Senado que estude a possibilidade de a comissão desdobrar o atual parecer em dois projetos de conversão, um tratando exclusivamente do desporto e outro disciplinando o funcionamento dos bingos. Caso seja possível, o senador disse que o problema estará resolvido, pois os assuntos terão legislação específica, analisada e votada separadamente.

O relator apresentou a nova versão do projeto de conversão, contendo as modificações sugeridas

pelos integrantes da comissão e por ele acatadas. Segundo Maguito, entre outras alterações, uma das novidades é o prazo para extinção dos bingos, que foi estendido para 31 de dezembro de 2000, "tempo suficiente para a busca de solução alternativa para a regulamentação da atividade", frisou.

O relator também inseriu novo dispositivo que preserva o patrimônio cultural dos clubes de futebol brasileiros. Ele propôs que nenhuma pessoa física ou jurídica

seja detentora de parcela do capital ou participe da administração de entidade de prática desportiva de forma simultânea, seja no capital social ou na gestão de outra entidade desportiva, disputante da mesma competição profissional. Maguito argumentou ter tomado conhecimento de que há o risco de quatro empresas estrangeiras controlarem os direitos patrimoniais e a gestão de oito a 15 dos maiores clubes nacionais.

—Nada impede que essas empresas se unam, sem que ninguém possa comprovar essa união, e passem a agir de forma cartelizada ou oligopolística. Poderão, inclusive, formar uma liga, convidar alguns clubes, impor preços e práticas fora da realidade do mercado brasileiro — justificou o senador.

No novo projeto de conversão, Maguito Vilela, acatando sugestão da comissão, também proibiu as empresas de radiodifusão, bem como as de televisão por assinatura, de patrocinarem entidades de prática desportiva, mas manteve liberado o patrocínio de empresas para mais de um clube de futebol.



Ney Suassuna é autor do projeto de lei sancionado ontem pelo presidente da República

Sancionada lei que restringe a venda de anabolizante

O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou ontem, sem vetos, a lei que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes, de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB). A lei, que deve ser publicada no *Diário Oficial* de hoje, proíbe a venda de tais produtos sem receita médica.

Ney Suassuna acredita que a nova lei evitará que muitos jovens tenham problemas sérios de saúde, pois hoje os anabolizantes são vendidos até mesmo em academias de ginástica. Agora, além da exigência da receita médica, a farmácia terá de reter a cópia em carbono do receituário assinado pelo médico ou dentista, os quais devem ser registrados em seus conselhos regionais.

A proposta do senador Ney Suassuna foi apresentada em 1996, sendo enviada à apreciação da Câmara depois de aprovada de forma terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. Ela retornou ao Senado em setembro do ano passado com algumas modificações dos deputados e obteve a aprovação dos senadores no início deste mês.

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) relatou o projeto favoravelmente no início deste ano, por entender que os esteróides anabolizantes, quando não ministrados mediante rigoroso controle médico, podem provocar câncer de fígado, hipertensão arterial, infertilidade irreversível e distúrbios de comportamento, como agressividade. Já os peptídeos, acrescentou ela, podem provocar hipoglicemia.

CMO analisa na terça-feira informações sobre o PPA

Foi adiada para a próxima terça-feira, às 15h, a reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que examinará mensagem do presidente da República encaminhando informações sobre o Plano Plurianual (PPA) relativo ao exercício de 1998. Também será examinada a chamada execução acumulada do PPA no período de 1996 a 1998.

Consta ainda na pauta da próxima reunião proposta do deputado João Coser (PT-ES) de criar uma subcomissão para reformular o sistema de votação do Orçamento. A comissão, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), também vai analisar o relatório de execução orçamentária da obra de recuperação dos molhes (pedras ou concreto para conter a violência das marés) do Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Subcomissão que estuda vazamento de óleo avalia visita ao Rio de Janeiro

A subcomissão que investiga o vazamento de óleo da Refinaria Duque de Caxias (Reduc) na baía de Guanabara reuniu-se ontem para avaliar o resultado da visita dos senadores ao Rio de Janeiro nos dias 3 e 4 deste mês. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ), relator da subcomissão, disse que ainda é preciso recolher mais informações sobre o acidente, observando que o assunto é complexo.

Amanhã, o senador tem reunião marcada no Rio de Janeiro com entidades ligadas ao meio ambiente, sindicatos e Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea) para dar continuidade às discussões sobre o tema.

Na visita ao Rio, a subcomissão, presidida pelo senador Geraldo Lessa (PSDB-AL), participou, no dia 3, de audiência pública na Assembléia Legislativa do Rio que contou com a presença dos representantes do Sindicato dos Petroleiros, da Federação Única dos Petroleiros, da Secre-



Lessa (ao microfone), ao lado do relator Cândido, preside a reunião de avaliação das atividades da subcomissão que investiga o vazamento de óleo

taria Municipal do Meio Ambiente do Rio, do presidente da CPI da Assembléia Legislativa do Rio sobre o tema, deputado Carlos Dias, e do presidente do Crea, José Chacon.

MANUTENÇÃO

No mesmo dia, os senadores estiveram na Petrobras, onde ouviram relatos da empresa sobre as providências tomadas. Geraldo Cândido informou que a subcomissão solicitou relatórios à empresa para avaliar a necessidade de manutenção dos dutos e dos setores internos da refina-

ria. Ele ressaltou que a empresa está em funcionamento há 40 anos e apresenta problemas de desgaste.

De acordo com o senador, no dia seguinte, os membros da subcomissão visitaram a Reduc para analisar as instalações das unidades de produção. No dia 5, os senadores estiveram em Vitória, no Espírito Santo, examinando as denúncias de danos ambientais causados pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), feitas pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES).

Com urgência, dívida paulistana será votada terça

Projeto de resolução a ser examinado pelo Plenário do Senado estabelece que os débitos serão pagos em 30 anos, com juros anuais de 9%, mais a inflação registrada pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-DI)

Capoeira pode ser incluída entre os bens do patrimônio cultural

Projeto de lei do deputado José Coimbra que inclui a capoeira entre os bens que constituem o patrimônio cultural brasileiro foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado Federal. O projeto determina que "o Poder Executivo protegerá e incentivará a capoeira, na forma da legislação pertinente", e dá prazo de 90 dias para que o governo regulamente a lei. A matéria teve parecer favorável da Comissão de Educação (CE), redigido pelo então senador Abdias Nascimento (PDT-RJ).

Também ontem transcorreu o quarto dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que prorroga por dez anos a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste. O artigo 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina que, em um

prazo de 15 anos após a promulgação da Constituição, 50% dos recursos aplicados em irrigação serão destinados ao Nordeste e 20% ao Centro-Oeste.

A PEC, que amplia esse prazo para 25 anos, foi apresentada pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO) e obteve parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), seguindo o voto do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Deverá ser votada em primeiro turno na próxima terça-feira.

EMISSORA

O Plenário aprovou ainda a renovação da concessão para que a Rede Brasil Norte de Televisão (RBN) continue suas transmissões de televisão na cidade de Manaus (AM). O parecer favorável da Comissão de Educação teve como relator o senador Gilvam Borges (PMDB-AP).

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento de lideranças partidárias conferindo caráter de urgência ao projeto de resolução que autoriza a União a renegociar a dívida da prefeitura de São Paulo no valor de R\$ 10,5 bilhões. Com isso, será possível votar em Plenário já na terça-feira o projeto de resolução que autoriza a União a assumir a dívida paulistana.



No Plenário, senadores negociam uma solução para as dívidas dos estados

Para viabilizar tais votações, o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), solicitou ao presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, que transformasse a sessão de hoje em deliberativa, passando a contar um dia a mais no prazo mínimo para votação de matéria em regime de urgência. Ele foi atendido.

Ainda na sessão de ontem, o

senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou questão de ordem contra a aprovação da renegociação da dívida da prefeitura paulistana pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), mas a retirou antes de obter uma resposta, prometendo reapresentá-la durante a votação da matéria em Plenário.

O parecer favorável que o senador Romero Jucá (PSDB-RR)

apresentou ao processo de renegociação da dívida paulistana foi aprovado pela CAE na última quarta-feira.

O projeto de resolução sobre o assunto estabelece que a rolagem da dívida permitirá que os débitos sejam pagos em 30 anos, com juros anuais de 9%, mais a inflação registrada pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-DI).

RS, RJ e SC assumirão dívidas de estatais

Foram aprovadas também ontem, pelo Plenário do Senado Federal, três projetos de resolução que autorizam os estados do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de Santa Catarina a assumirem dívidas habitacionais de estatais extintas ou em extinção.

O estado do Rio Grande do Sul ficou autorizado a assumir as dívidas da Companhia de Habitação do estado (Cohab-RS), no valor de R\$ 811,6 milhões, e da carteira imobiliária da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 42 milhões. Já o estado do Rio de Janeiro po-



Dutra protestou contra requerimento que retirava urgência para os projetos

derá assumir a dívida da Companhia Estadual de Habitação (Cohab-RJ), no valor total de R\$ 321 milhões. Por sua vez, o estado de Santa Catarina foi autorizado a assumir a dívida da Cohab-SC no valor de R\$ 152,8 milhões. Todas as matérias tiveram pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) protestou contra requerimento do governo retirando a urgência para os três projetos. Lembrou acordo firmado com a maioria governista na CAE, pelo qual as matérias

seriam votadas e, em contrapartida, aprovados os requerimentos de urgência para as dívidas do estado de Mato Grosso do Sul e da prefeitura de São Paulo (SP).

Dutra pediu verificação de quorum, mas 41 senadores compareceram ao Plenário, possibilitando a votação. O senador José Fogaça (PMDB-RS), que integra a maioria, solicitou então a retirada do requerimento que acabava com a urgência para a dívida do RS, RJ e SC. Segundo ele, após a sanção da Lei de Responsabilidade Fiscal — que deve ser assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no próximo dia 4 —, as dívidas não mais poderiam ser assumidas pelos estados. Houve, então, novo acordo entre situação e oposição, que permitiu que todas as matérias fossem aprovadas.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2000

1

Projeto de Resolução nº 32, de 2000. CAE. Autoriza o Rio Grande do Sul a assumir as dívidas da Companhia de Habitação do Estado (Cohab/RS) e da Caixa Econômica Estadual (CEE-RS), nos respectivos valores de R\$ 811.639.282,67, a preços de 1.9.99, e R\$ 42.027.788,42, a preços de 1.8.99.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

2

Projeto de Resolução nº 33, de 2000. CAE. Autoriza o Rio de Janeiro a assumir as dívidas da Companhia Estadual de Habitação (Cohab/RJ) e o Banerj, em liquidação extrajudicial, nos valores de R\$ 398.558.627,42 e R\$ 22.450.187,10, respectivamente, a preços de 1.2.2000.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

3

Projeto de Resolução nº 34, de 2000. CAE. Autoriza Santa Catarina a assumir as dívidas da Companhia de Habitação (Cohab/SC), no valor de R\$ 152.820.991,28, a preços de janeiro de 2000.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

4

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 1999. Senador Mauro Miranda e outros senadores. Altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Resultado: Encerrado o quarto dia de discussão. A matéria terá prosseguimento amanhã para o quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, e votação.

5

Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1997. Dispõe sobre a prática desportiva da capoeira e dá outras providências.

Resultado: Aprovado. Rejeitado o art. 5º, destacado. À sanção.

6

Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 1999. Renova a concessão deferida à RBN - Rede Brasil Norte de Televisão Ltda., em Manaus (AM).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

7

Requerimento nº 159, de 2000. Senador Luiz Pontes. Solicita, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2000, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

Resultado: Aprovado. O PLS 67/2000 vai ao exame das CAS, CE e, posteriormente, à CAE, em decisão terminativa.

8

Requerimento nº 173, de 2000. Senador Sebastião Rocha. Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 5 e 68, de 2000, por regularem a mesma matéria.

Resultado: Aprovado. Os PLSs 5 e 68/2000 passam a tramitar em conjunto.

9

Requerimento nº 174, de 2000. Senadora Marina Silva. Solicita que o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 1999, seja desamparado dos projetos de Lei do Senado nºs 188 e 422, de 1999, com os quais tramita em conjunto.

Resultado: Aprovado. O PLS 219/99 passa a tramitar autonomamente e vai à CAS, em decisão terminativa.

Requião cita nomes para investigação no Paraná

Senador volta a apontar a lentidão da polícia e da Justiça em relação à apuração das denúncias da CPI dos Precatórios e afirma que ex-funcionários do governo do estado estão envolvidos em supostas irregularidades

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) reclamou ontem da lentidão das providências que deveriam ter sido tomadas a partir dos resultados da CPI dos Precatórios, envolvendo o estado do Paraná. Ele reiterou a existência de denúncias envolvendo a utilização de contas fantasmas por pessoas ligadas ao governo do estado.

Uma delas, segundo Requião, seria a ex-secretária de Comunicação do Paraná, Sila Schulmann, que teria pago com cheques de uma conta fria no Banco do Brasil pesquisas de opinião que apoiaram a campanha do prefeito Antônio Belinati, em Londrina. Esse prefeito, detalhou Requião, é um dos nomes arrolados em um dos



Requião disse que pessoas ligadas ao governo estariam usando contas fantasmas

maiores escândalos de desvios de recursos públicos do país.

Outra pessoa que, segundo Requião, deve ser investigada é Mário Celso Petraglia, que também teria utilizado cheques dessa mesma conta para comprar, com verbas públicas, camisetas estampadas para a campanha de Belinati e de Cássio Taniguchi, atual prefeito de Curitiba.

Roberto Requião informou que já encaminhou cópias dessas denúncias ao diretor da Polícia Federal, ao juiz da 3ª Vara Criminal da Justiça Federal em Curitiba e ao Ministério Público, diretamente ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

O senador também comentou a possível saída do ministro do

Esporte e Turismo, Rafael Greca, concretizada à tarde. "Como paranaense, quero declarar a intenção de um movimento de apoio à permanência do ministro, pois acreditamos que ele é a cara do governo do presidente Fernando Henrique e a sua demissão, de certa forma, descaracterizaria o governo."

Ele também manifestou seu descrédito quanto à sugestão feita por Greca do projeto de criação de um ministério itinerante com a utilização da *Nau Capitânia*, que, tendo a bordo todas as figuras importantes do ministério, circularia pela costa brasileira fazendo navegação de cabotagem. "Isso mostra que ele é imaginativo, criativo e inusitado no Brasil", concluiu.



Projeto de Estevão define punições para as empresas que não reservarem vagas para deficientes

Segue para a Câmara projeto de Luiz Estevão

O Senado enviou à Câmara dos Deputados ontem substitutivo do senador Antero de Barros (PSDB-MT) estabelecendo penalidades para as empresas que não cumprirem a obrigatoriedade de empregar pessoas portadoras de deficiência física. O projeto original é de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF). A matéria foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais e, como não houve recurso para a votação em Plenário, seguiu direto para a apreciação dos deputados.

De acordo com o substitutivo, a empresa privada que não destinar determinado percentual de vagas a deficientes físicos em seu quadro de pessoal fica sujeita à suspensão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras oficiais, terá vedado o acesso a incentivos fiscais e ficará inabilitada para licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta federal, estadual ou municipal.

Também estão previstas multas de mil a dez mil Unidades Fiscais de Referência (Ufir), conforme a gravidade da infração, que se constituirão em receita do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O percentual de vagas destinadas a deficientes físicos varia de 2% a 5%, proporcional ao número de empregados, conforme a Lei 8.213.

João Donato é a atração musical

O compositor João Donato vai estar amanhã, às 20h, no programa *Improviso – Jazz Sem Fronteiras*, da Rádio Senado FM, lançando seu novo CD, *Amazonas*, falando de sua ligação com o jazz e apresentando a música de Stan Kenton, cuja audição o impressionou ao ponto de causar sua "primeira noite de insônia".

Na entrevista ao jornalista Flavio de Mattos, Donato conta que seu amigo, o cantor Dick Farney, lhe mostrou a canção *Prelude*, em um disco da banda de Stan Kenton em meados dos anos 50. Depois de ouvir aquele arranjo, foi para casa e não conseguiu conciliar o sono. Desde então, João Donato coleciona tudo que encontra de Kenton e sempre descobre um CD novo de seu grupo.

Quanto a *Amazonas*, o compositor afirma que é um dos melhores álbuns que já gravou em sua carreira, porque teve toda a liberdade para criar e improvisar durante a gravação. O disco tem João Donato no piano, Claudio Slon na bateria e Jorge Helder no baixo, completando o trio. Foi produzido para a gravadora americana Elephant Records e está sendo distribuído em todo o mundo. No lançamento nacional, o trio foi acompanhado pela Orquestra Jazz Sinfônica de São Paulo. Esta apresentação foi gravada ao vivo para transformar-se em um novo álbum.



João Donato falou de seu novo disco à Rádio Senado FM

Costa Leite (D) defendeu, na entrevista, que os tribunais superiores só julguem ações de repercussão geral

Presidente do STJ defende rápida mudança dos códigos

Em entrevista que a TV Senado apresenta neste final de semana, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Paulo Costa Leite, defende mudanças nos códigos de Processo Civil e Penal, para que o julgamento de ações seja mais rápido. Para ele, a reforma do Judiciário, em votação na Câmara dos Deputados, não resolverá todos os problemas da Justiça brasileira. O programa vai ao ar amanhã e no domingo (às 11h e às 23h) e na segunda-feira (às 11h, 17h e 23h):

— As maiores deficiências do Judiciário devem-se à nossa legislação, que facilita a burocracia, permitindo que as ações se eternizem e sempre haja um recurso acima. Por que o STJ tem de julgar briga de vizinho por causa da construção de muro? — questionou o ministro, em entrevista concedida ao jornalista Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado.

Como ministro, ele diz que julgou uma ação onde se discutia qual o tamanho de um cachorro para que pudesse ser criado em apartamento, "algo inadmissível para um tribunal superior". Paulo Costa Leite defende que os tribunais superiores só julguem ações de repercussão geral, que sejam relevantes para a Federação.

O presidente do STJ reconhece que o Judiciário brasileiro é pouco acessível ao brasileiro, além de moroso. Para ele, devem ser estimuladas idéias que reduzam prazos e custos da Justiça, como foi o caso dos tribunais de pequenas causas, "uma das experiências mais interessantes" do Judiciário brasileiro nos últimos anos. No entanto, a seu ver, o desrespeito às leis só se reduzirá mesmo com a melhoria da educação. "Educação é fundamental para atacar a corrupção em qualquer lugar do mundo."

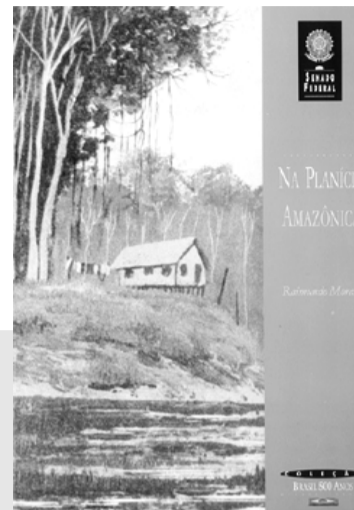
Senado participa da Bienal do Livro de São Paulo

De hoje até o próximo dia 7 de maio, o estande da Casa colocará à venda aproximadamente 100 títulos, todos a preço de custo, além de expor obras raras relacionadas com os 500 anos do Descobrimento do Brasil

O Senado está entre os 800 expositores da Bienal Internacional do Livro, que começa hoje e vai até 7 de maio, no ExpoCenter Norte, em São Paulo. O estande, com cerca de 100 títulos à venda a preço de custo, promoverá três sessões de autógrafos e oferecerá ainda aos visitantes a edição diária do *Jornal do Senado*, além da oportunidade de assistir às transmissões ao vivo da TV Senado e da Rádio Senado.

Os visitantes também poderão acessar a página do Senado na Internet e ver exposição de obras raras relacionadas com os 500 anos do Descobrimento do Brasil, pertencentes ao acervo da Biblioteca da instituição.

O *Catálogo de Publicações* do Senado, formado por obras do Conselho Editorial e da Subsecretaria de Edições Técnicas, está sendo enriquecido nesta bienal por mais de dez lançamentos. Entre eles, destacam-se *Deodoro: Subsídios para a História*, de Ernesto Sena; *Amapá: A Terra onde o Brasil Começa*, de José



Os três livros acima estão entre os novos lançamentos do *Catálogo de Publicações* do Senado

Sarney e Pedro Costa; *Na Planície Amazônica*, de Raimundo Morais; *O Dinheiro Brasileiro, desde a criação do Banco Central do Brasil (1964-1999)*, organizado pelo Banco Central; *Presidencialismo ou Parlamentarismo?*, de Afonso Arinos de Melo Franco e Raul Pila. Também estarão à venda a Constituição atualizada, na versão impressa e em disquete, e diversos outros textos legais relaciona-

dos com áreas como meio ambiente e direitos autorais.

Especialmente para esta bienal, foi atualizado o livro com as biografias dos senadores que representaram São Paulo desde o Império, que será doado aos interessados. Os três atuais senadores pelo estado, Eduardo Suplicy (PT), Pedro Piva (PSDB) e Romeu Tuma (PFL) participarão de sessões de autógrafos no estande.

A programação do estande prevê para amanhã, às 17h30, o lançamento do livro *Efeito Vinculante*, de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). No domingo, às 16 horas, o senador Eduardo Suplicy fará o lançamento do livro *Conferência Internacional: renda mínima, discussões e experiências* e do Relatório Final da CPI da Pobreza. Suplicy também vai autografar a

“Cartilha do Projeto de Garantia de Renda Mínima”.

No dia 5 de maio, às 19 horas, o senador Romeu Tuma autografa o livro *Segurança e Cidadania*, com o retrospecto de sua atuação parlamentar no período de 1995 a 1999. No dia 6 de maio, às 18 horas, o senador Pedro Piva fará o lançamento do livro *Síntese da Atividade Parlamentar*, que mostra os principais momentos de sua atuação no Senado.

EXPOSIÇÃO

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal, selecionou, do seu acervo de obras raras, um grupo de publicações para apresentar, na Bienal de São Paulo, uma pequena exposição alusiva ao V Centenário de Descobrimento do Brasil.

Essas publicações compõem a coleção denominada pelos bibliófilos de *Viajantes*. São relatos de viagens ao Brasil realizadas por expedições científicas européias com o objetivo de estudar a flora, a fauna, a antropologia e os costumes do povo que habitava o “Novo Mundo”.



Presidente do STM condecora Renan Calheiros

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) recebeu ontem em seu gabinete a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar das mãos do presidente do Superior Tribunal Militar, tenente-brigadeiro Sérgio Xavier Cerolla (foto acima). Na oportunidade, o senador e o ministro agendaram um novo encontro para a próxima semana. Eles vão conversar sobre a reforma do Judiciário, que no momento tramita na Câmara dos Deputados.

O ministro esclareceu que Calheiros foi agraciado com a Grã-Cruz em abril de 1999, quando era ministro da Justiça. No entanto, como naquela ocasião ele estava em viagem ao exterior, só agora a comenda lhe pode ser entregue.

Já receberam a condecoração, criada em 1957, dentre outros, o vice-presidente da República, Marco Maciel; o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães; o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer; o professor de Direito Constitucional e ex-senador Josaphat Marinho; e a governadora do Maranhão, Roseana Sarney.

Conheça as últimas novidades editoriais

□ *Na Planície Amazônica*, de Raimundo Morais – livro escrito há mais de 60 anos por um comandante de “gaiolas” que, durante 30 anos, percorreu os rios do maior sistema hidrográfico do mundo. É uma descrição viva da paisagem física e humana de uma das regiões brasileiras que mais têm atraído a atenção de estrangeiros.

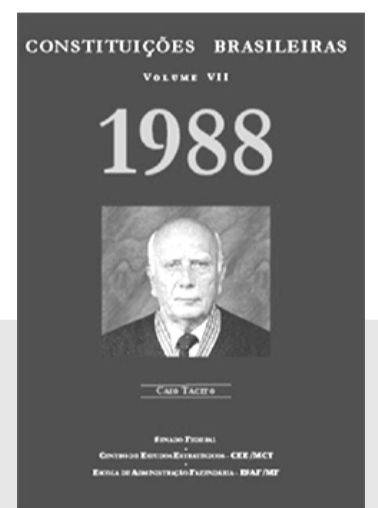
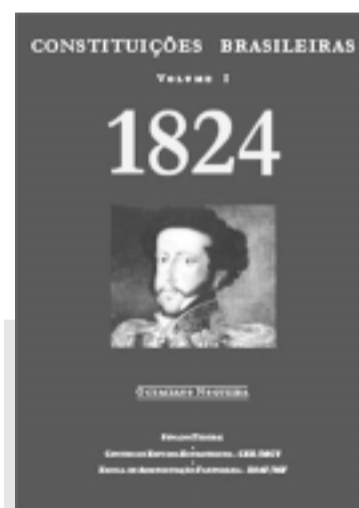
□ *Dinheiro Brasileiro, desde a criação do Banco Central do Brasil (1964-1999)*, organizado pelo Banco Central do Brasil.

□ *Presidencialismo ou Parlamentarismo?*, de Afonso Arinos de Melo Franco e Raul Pila – extrapola a simples discussão em torno de presidencialismo e parlamentarismo, atingindo outras esferas de interesse para a Ciência Política, o Direito Constitucional, o processo legislativo e a História. Os textos são tratados com grande rigor científico e erudição. A introdução ficou a cargo do vice-presidente Marco Maciel e do deputado Nelson Marchezan. Coleção Biblioteca Básica Brasileira.

□ *Amapá: A Terra Onde o*

Brasil Começa, de José Sarney e Pedro Costa – com um estilo agradável, este livro da Coleção Brasil 500 anos conta a turbulenta história do estado do Amapá, desde a época em que parte do seu território era objeto de disputa com a França – o Contestado, defendido no plano diplomático pelo Barão do Rio Branco – passando pela revolta liderada por Cabralzinho, que conseguiu expulsar os franceses.

□ *Coleção Constituições Brasileiras: 1824/1891/1934/1937/1946/1967 e 1988*, organizada pelo Senado, pelo Centro de Estudos Estratégicos e pela Escola de Administração Fazendária – O Senado Federal entrega ao público interessado, notadamente juristas, especialistas em Direito Constitucional e historiadores, todas as constituições, desde a Carta do Brasil Império, promulgada por d.Pedro, até a Constituição de 1988, atualizada até a data de sua publicação. Todas trazem uma introdução feita por especialistas na matéria.



A Coleção *Constituições Brasileiras* refaz nossa trajetória constitucional desde o tempo de d.Pedro até a Constituição-cidadã de Ulysses Guimarães

□ *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio Branco – textos publicados originalmente no *Jornal do Brasil* a partir de 9 de abril de 1891, revisados e ampliados posteriormente pelo próprio autor. Importante contribuição à História do Brasil, o texto das *Efemérides* foi preparado e organizado pelo historiador Rodolfo Garcia.

□ *Deodoro: Subsídios para a História*, de Ernesto Sena – Docu-

mentada reportagem histórica sobre a República, publicada originalmente em capítulos no *Jornal do Commercio*, entre 23 de agosto de 1911 e 23 de agosto de 1912. Seu autor, jornalista e militar, é um dos pioneiros da reportagem histórica. Prefácio do senador José Sarney.

Localização do estande na bienal: Pavilhão Azul, Av. Euclides da Cunha, nº 10/12.



Mozarildo apóia piso de dez salários mínimos e esforço para motivar os policiais a se adaptarem à mudança

Mozarildo quer unificação das polícias civil e militar

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu a unificação das polícias civil e militar, mas afirmou que essa mudança só será válida se houver uma motivação para que o policial se adapte profissionalmente ao novo modelo.

— A existência de duas polícias, não há dúvida, além de mais dispendiosa, obriga à duplicidade de comandos e omite critérios para distribuição de funções — argumenta o senador, acrescentando que, com duas polícias, é mais fácil a transferência de responsabilidades, permitindo, eventualmente, que maus policiais escapem da punição pelos seus erros.

Segundo Mozarildo, na Carta de Florianópolis, com as conclusões do primeiro Encontro Nacional de Militares Parlamentares, ficou estabelecido que um piso nacional de dez salários mínimos para os

policiais seria satisfatório. De acordo com ele, tendo em vista as diferenças econômicas entre os estados, é necessária a criação de um fundo nacional de segurança pública, para o reequipamento das polícias e a complementação do piso nacional dos vencimentos dos policiais.

— Esses processos requerem rapidez — disse.

Na avaliação de Mozarildo, a sociedade exige medidas de urgência para a segurança pública. Além disso, avalia, também são necessárias reformas dos regulamentos disciplinares e dos currículos de formação e treinamento, revisão do plano de carreira dos oficiais, bem como a criação do plano de carreira dos praças e o desenvolvimento de novas estratégias para o policiamento preventivo.

Senador propõe reforma para fortalecer o Estado

A necessidade de grandes reformas institucionais para a criação de um novo e forte Estado nacional foi defendida pelo senador Mozarildo Cavalcanti. A modernização política, o crescimento dos partidos e a democratização das ações, disse o senador, são de fundamental importância para esse processo. Segundo ele, o atual Estado está desmoralizado e suas instituições enfrentam uma crise global.

— Para termos um Estado forte e instituições sólidas é preciso que existam homens públicos criativos, honestos e capazes de transformar rapidamente a triste realidade em que vivemos — afirmou.

Os partidos políticos, segundo Mozarildo, devem ser responsáveis por ampliar o campo da representatividade pública. Essa responsabilidade, lembrou, precisa ser divi-

dida com associações de bairro, sindicatos, imprensa, igrejas, universidades, empresas e organizações profissionais, que, por sua vez, precisam assumir definitivamente o papel de agentes reguladores das ações do Estado.

— É importante que o novo Estado seja realmente a expressão político-jurídica da sociedade civil. Seu maior desafio, no começo do século que está chegando, é a legitimidade que ele busca como instituição — declarou.

Mozarildo ressaltou também que é fundamental a construção de uma nova ordem pública dentro do Estado, capaz de enfrentar, com ações concretas, os sacrifícios impostos pela globalização. Para o senador, a opção pelo isolamento diante da integração acelerada dos mercados mundiais seria um verdadeiro absurdo.

Prioridade ao Estatuto do Índio é destacada por Jucá

Senador espera que aprovação do projeto, que ainda está na Câmara, faça parte das comemorações dos 500 anos do Descobrimento

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a decisão do governo de priorizar a aprovação do Estatuto do Índio, que já está tramitando na Câmara dos Deputados há mais de dez anos. Ele informou que o ministro da Justiça recém-empossado, José Gregori, encaminhou por meio dos líderes do governo na Câmara, para análise dos deputados, um estudo definindo procedimentos, garantias, estímulos, formas de apoio às comunidades indígenas, como demarcação de terras e direito de imagem dos índios.

— Mesmo sem entrar no mérito da matéria, o fundamental é que a questão do Estatuto do Índio seja debatida rapidamente na Câmara dos Deputados e possa vir ao Senado, para que ainda este ano tenhamos condições de oferecer este avanço para as comunidades indígenas dentro das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil — comentou Jucá.

Outro assunto abordado pelo senador foi uma proposta encaminhada pela Sociedade para o Desenvolvimento Comunitário e Qualidade Ambiental, que atua junto às etnias Taurepang, Mucuxi e Wapixana, para resolução



Jucá elogiou a disposição dos índios de São Marcos de estabelecer um acordo pela demarcação das terras

da situação fundiária da cidade de Pacaraima, na Terra Indígena de São Marcos.

ACORDO

Segundo o senador, os representantes dos índios propõem que seja realizado um estudo para excluir da terra indígena a área ou perímetro urbano hoje ocupado pela cidade de Pacaraima, mediante um acordo de compensação aos índios de São Marcos. A Sociedade para o Desenvolvimento Comunitário e Qualidade Ambiental também quer a organização de uma comissão técnica especial para analisar a questão fundiária da região a fim de que seja encontrada uma solução definitiva.

— A proposta mostra o en-

tendimento dos índios e o seu desejo para que seja encontrada uma solução pacífica para garantir a demarcação das terras. Ela é uma demonstração de desprendimento e abre caminho para que a paz e a justiça possam se estabelecer — analisou.

Na presidência dos trabalhos, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a importância do Estatuto das Sociedades Indígenas. Já o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) pediu que ficasse registrada “frase lapidar” do deputado José Genoíno (PT-SP) que, para o senador, seria um retrato do país: “Cassetete para o povo, festa para a elite e segurança para o Estado”.

Cândido: crise agrícola só não atinge quem exporta

Na avaliação do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), o sistema agrícola brasileiro passa atualmente por uma grave crise, que atinge somente os pequenos produtores. Os grandes fazendeiros, empresários que se dedicam à exportação, empresas multinacionais e o complexo agroindustrial não estão enfrentando problemas, segundo o senador. As vítimas da crise vêm sendo, em sua opinião, aqueles agricultores que apostaram em um modelo de agricultura voltado para “a alimentação boa e barata de todos os brasileiros”.

Para fundamentar sua avaliação, o senador apresentou estudos realizados por especialistas da área que revelam a real situação

da agricultura no Brasil. Os estudos formam um relatório, composto por textos, análises e artigos, dividido em três capítulos.

MODELO

Entre as teses contidas no documento, destaca-se a assinada pelo dirigente do Movimento dos Sem-Terra, João Pedro Stédile, que critica o modelo de agricultura que vem sendo implantado no Brasil. Na opinião de Stédile, o governo adota um sistema semelhante ao praticado nos Estados Unidos, o que, a seu ver, privilegia as grandes fazendas e estimula a exportação, em detrimento da agricultura familiar de subsistência.

O documento também dedica um capítulo às propostas da es-



Agricultores que se dedicam ao mercado interno enfrentam problemas, lamenta Cândido

querda para solucionar os problemas do setor, intitulado “Um projeto popular para a agricultura brasileira”, no qual é defendida a implantação da reforma agrária, o desenvolvimento de uma agricultura voltada para o mercado interno, o estímulo ao aumento de empregos no meio rural e a garantia de acesso à educação básica aos que vivem no campo.

Dutra alerta que quebra de acordo do mínimo repercutirá por muito tempo

Senador observa que, mesmo diante de ameaças físicas no regime militar, parlamentares exerceram sua soberania e lamenta o descumprimento do acerto que permitiu o exame do Orçamento

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que a postura das lideranças do governo de não respeitarem, na sessão da última quarta-feira, o acordo para votação da medida provisória do salário mínimo vai continuar repercutindo por muito tempo, tanto na Câmara quanto no Senado. Segundo ele, “as lideranças oposicionistas perderam a confiança e não se sentirão mais tranquilas em negociar com qualquer líder governista”.

— A quebra da palavra vai continuar repercutindo por muito tempo. O mínimo que se exige de todos os congressistas, principalmente das lideranças partidárias, é que os acordos que sejam feitos têm que estar acima de quaisquer conveniências político-ideológicas, ou acima da vontade do governo. Principalmente quando parte do acordo já foi cumprida



Dutra: “quebra da palavra” por parte dos líderes do governo tirou da oposição a confiança para “negociar com qualquer líder governista”

por um dos envolvidos — disse.

O senador citou dois momentos da história do Congresso como ocasiões em que os parlamentares exerceram na plenitu-

de a sua soberania. Um deles foi a votação, na Câmara dos Deputados, do *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. O outro foi quando a mesma Câmara rejeitou o pedido de autorização para que o deputado federal Márcio Moreira Alves fosse processado.

José Eduardo Dutra lembrou que, no segundo caso, o Brasil vivia sob uma ditadura militar. Ele registrou que as pressões exercidas pelo governo sobre os membros do Congresso “não eram mera ameaça de cargos de confiança ou a simples pressão do *Diário Oficial* que existe hoje sobre os membros da bancada do governo”. O senador acrescentou

que houve até ameaça física aos parlamentares. Ele destacou a atuação do deputado Djalma Maranhão, que, defendendo a rejeição do pedido de autorização para que o parlamentar fosse processado, fez uma afirmação que se tornou célebre: “Ao rei tudo, menos a honra”.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) respondeu à acusação de Dutra de que alguns líderes do Senado não compareceram ao Plenário da Câmara sequer para dar *quorum* à reunião do Congresso. Ele disse que, como houve reunião do Senado pela manhã, a marcação de presença no painel da Casa valeria para o Congresso.

O senador José Eduardo Dutra questionou, argumentando que, ao ser aberto o painel na Câmara, o registro de presença no Senado teria perdido valor.



Geraldo Cândido pretende disciplinar também adicional por salário insalubre

Cândido quer vincular piso a salário de ministro do STF

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) apresentou projeto de lei que garante ao salário mínimo um valor equivalente a um vigésimo dos vencimentos de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Pelo projeto, os trabalhadores que atuarem em serviços insalubres ganharão 50% a mais.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais e, se for aprovado, seguirá direto para a Câmara dos Deputados, sem necessidade de votação em Plenário.

O salário mínimo foi instituído pelo presidente Getúlio Vargas por meio do Decreto-Lei 5.452, que criou a Consolidação das Leis do Trabalho, de 1º de maio de 1943, durante o Estado Novo.

O dispositivo legal prevê que o mínimo deve garantir ao trabalhador o atendimento de suas necessidades básicas, como habitação, moradia e educação. O projeto de Geraldo Cândido estabelece um período de transição de quatro anos, a contar da promulgação da lei, até que se atinja o patamar previsto de correspondência entre o valor do mínimo e a remuneração dos ministros do STF. Prevê ainda uma ampliação das necessidades básicas do trabalhador e de sua família a serem atendidas pelo salário mínimo. Pela sua proposta, elas devem abranger: moradia, habitação, transporte, higiene, vestuário, saúde, lazer e previdência social.

Rocha insiste na renúncia de Arthur Virgílio da liderança governista

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) voltou a sugerir que o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), renuncie ao cargo em função de “haver perdido a autoridade perante a oposição e os demais parlamentares das duas Casas”. Rocha referiu-se ao fato de Virgílio ter rompido o acordo que havia feito com a oposição, segundo o qual a medida provisória do novo salário mínimo seria votada na última quarta-feira.

Rocha afirmou que o adiamento da votação da MP resultou em perda de credibilidade do Congresso e demonstrou qual é a for-

ma de agir do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando tem a intenção de substituir algum de seus quadros.

— Virgílio não foi apenas frito, foi cremado. Como homem honrado que é, não pode continuar no cargo. Por certo, o governo terá dificuldade para indicar um novo líder que possa substituir à altura o deputado — observou Rocha.

O senador aproveitou para manifestar seu apoio ao trabalho da CPI do Narcotráfico, que, segundo informou, está voltando ao Amapá para fazer novas diligências. Ele disse também que o go-



Rocha argumenta que Virgílio “perdeu a autoridade perante a oposição e os demais parlamentares” do Senado e da Câmara

vernador João Capiberibe já se manifestou expressamente em favor das investigações da CPI naquele estado.

— Precisamos apurar os culpados e isentar os inocentes para

evitar que o crime organizado e os narcotraficantes se instalem no Amapá, como aconteceu, infelizmente, em outros estados da Federação — opinou o senador Sebastião Rocha.

Para Suplicy, FHC “destruiu” o seu líder no Congresso

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso “destruiu” o seu líder no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), ao forçá-lo a descumprir o acordo firmado com a oposição com vistas à votação do aumento para o salário mínimo. Para Suplicy, na sessão do Congresso da última quarta-feira, o

deputado estava “visivelmente constrangido”.

— Até quarta, Virgílio tinha o respeito de seus pares. Agora, como o presidente da República vai restituir o mínimo de credibilidade nas relações entre o governo e a oposição? — questionou o senador, que atribuiu a Fernando Henrique a responsabilidade pela tumultuada sessão



Na opinião de Suplicy, FHC obrigou Virgílio a descumprir entendimento

conjunta realizada na quarta pelo Senado e pela Câmara.

Em aparte, Marina Silva (PT-AC) disse ter acreditado que o líder do governo iria pedir de-

missão do cargo, no momento em que subiu à tribuna quarta-feira. “No entanto, ele defendeu a posição do governo”, registrou a senadora.

Roberto Saturnino pede solução para crise na CVM

Senador diz que política de desmonte do setor público seguida pelo governo levou à atual greve dos servidores do órgão encarregado de fiscalizar as bolsas de valores, deixando “a máfia financeira no melhor dos mundos”

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) manifestou preocupação em relação às consequências da greve deflagrada na última quarta-feira, no Rio de Janeiro e em São Paulo, pelos funcionários da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A CVM é o órgão responsável pela regulamentação e fiscalização do mercado de capitais brasileiro, em especial das bolsas de valores e das sociedades anônimas de capital aberto.

— A greve dos funcionários representará o paraíso para os especuladores do mercado que querem ganhar dinheiro dos ingênuos e dos incautos. Sem fiscalização da bolsa, a máfia financeira viverá no melhor dos mundos. Como o Banco Central já não fiscaliza o sistema financeiro, desde



Roberto Saturnino: “O governo demonstra que quer atender, primeiro, os especuladores”

que o Senado aprovou o nome de Teresa Grossi para a diretoria do setor, não sei aonde iremos parar — advertiu.

O senador pelo Rio de Janeiro disse que os funcionários da CVM decidiram entrar em greve depois

de ver descumprida uma série de compromissos assumidos pela direção da entidade. Hoje a CVM está sem recursos, sem número adequado de funcionários e com seus salários defasados, afirmou. Para Saturnino, esse estado de coisas faz parte da política do governo de desmontar o Estado, de acordo com as exigências do Fundo Monetário Internacional.

O senador entende que, num momento em que a economia parece decolar e os números relativos às finanças do país estão melhorando, o governo deveria intensificar a fiscalização, mas é exatamente o contrário que está acontecendo. “Mais uma vez, o governo demonstra que quer atender, primeiro, os especuladores”, concluiu.

Suplicy: MP permite cobrança de juros sobre juros

A medida provisória que autoriza os bancos a cobrar juros sobre juros (capitalização) de seus devedores foi criticada em Plenário pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Conforme o senador, o governo embutiu a autorização na 17ª edição da MP 1.963, publicada em 31 de março, que trata da administração de recursos do caixa do Tesouro Nacional.

— A cobrança de juros sobre juros inexistia até a 16ª edição, tendo tal artigo sido inserido na surdina, por lobby dos bancos, o que, além de ilegal, é atentatório à moralidade pública — disse Suplicy.

Conforme o senador, o Ministério Público já acionou o Banco Central (BC) para que seja reprimida a prática do “anatocismo”, termo que



Eduardo Suplicy

define a cobrança dos juros sobre juros. Ele citou parecer da procuradora da República Walquíria Nunes, segundo o qual a jurisprudência dos tribunais superiores e regionais confirma o disposto no

Decreto 22.626, de 1933: a capitalização de juros é expressamente proibida, salvo nas operações regidas por leis especiais.

O senador considera de extrema importância que a Diretoria de Fiscalização do BC verifique como as 20 maiores instituições financeiras estão capitalizando os juros, especialmente nos contratos de crédito

rotativo (cheque especial), *leasing* e financiamento habitacional.

Suplicy também sugeriu que o Senado aprove a emenda supressiva apresentada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) que exclui a capitalização dos juros daquela MP.

— Essa medida provisória é uma afronta ao bolso dos consumidores. É necessário que, como parlamentares, defendamos os cidadãos contra tal abuso — argumentou.

Ele finalizou o discurso com um elogio ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais, pela campanha em prol da correção das tabelas do Imposto de Renda, para que os contribuintes, principalmente de médio e pequeno poder aquisitivo, paguem menos imposto. Também elogiou as iniciativas que tramitam no Congresso com o mesmo objetivo.

Política econômica aumenta a pobreza, diz Valadares

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), citando dados do Instituto de Estudos Econômicos (Inesc), em um estudo chamado *Execução Orçamentária no Primeiro Ano do Acordo do Governo com o*

FMI-1999, criticou a política econômica adotada pelo governo federal. Na opinião do senador, a execução orçamentária federal gera condições para o crescimento da pobreza no país.

Para Valadares, a manipulação

do Orçamento pelo Poder Executivo gera distorções. Ele sustenta que tal atitude pode gerar “uma crise tão intensa, capaz de abalar a estabilidade política do país”. O senador lembrou que a definição orçamentária é atribuição do Legislativo.

— O Orçamento como é feito hoje é uma peça de ficção. O Orçamento definido pelo Legislativo deve ser uma peça impositiva e obrigatória e seu uso político deve ser evitado — afirmou.

Na opinião do senador, baseada por dados do estudo do Inesc, o acordo com o Fun-

do Monetário Internacional (FMI) e as eleições nortearam a execução orçamentária em 1998. Já o Orçamento de 1999 foi orientado pelas reformas institucionais, indicadas pelo FMI.

— Não se pode compreender o Orçamento de 99 sem vinculá-lo ao que o governo prometeu ao FMI — disse.

Valadares afirmou que a atual política econômica vem camuflando as dificuldades brasileiras e recrudescendo a

crise social. Segundo o senador, em 1994, no início do Plano Real, o endividamento brasileiro era de R\$ 60 bilhões; em dezembro de 1999 chegou a R\$ 442,9 bilhões e a previsão orçamentária para este ano é que o país gaste com refinanciamento, juros e amortização da dívida interna e externa R\$ 786 bilhões.

— Essa política resultou em perdas sociais, como o corte orçamentário de 91% do total destinado a saneamento básico, 94% da habitação e 85% para o meio ambiente — destacou Antonio Carlos Valadares.



Valadares citou estudo que mostra como as promessas feitas ao FMI estão determinando a gestão fiscal

Embarque na

informação direta,
sem escalas

O *Jornal do Senado* viaja a bordo de todos os vôos que saem de Brasília, encurtando a distância entre a versão e os fatos. Diariamente oferece ao cidadão uma visão ampla e precisa do que acontece no Senado Federal. Sem intermediários. Com a notícia imparcial, direta da origem. E a garantia de que a informação não se perdeu no espaço.

Sua opinião vira notícia. Escreva para o *Jornal do Senado* - jornal@senado.gov.br

Embarque nos conhecimentos com segurança. Leia o *Jornal do Senado*.

Agradecimentos às empresas LÍDER TÁXI AÉREO, NORDESTE, RIO-SUL, TAM, TRANSBRASIL, VARIG e VASP



JORNAL DO SENADO



Fatos que movimentaram o Congresso Nacional nos últimos dias e foram temas de entrevistas e debates entre os parlamentares serão reapresentados de hoje até segunda-feira pela TV Senado. Entre os destaques estão o debate com o senador Roberto Requião (PMDB-PR) sobre a reprodução assistida, e as entrevistas com os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC), sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, e Álvaro Dias (PSDB-PR), sobre a reforma política, aprovada recentemente pela Casa.

No *Agenda Econômica* deste final de semana os jornalistas Helival Rios e José Ribamar Oliveira entrevistam o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, sobre as

TV Senado traz atrações políticas e culturais para o final de semana

Debate sobre reprodução assistida e entrevistas abordando a Lei de Responsabilidade Fiscal e a reforma política são os destaques

relações econômicas de trabalho. O programa vai ao ar amanhã, às 6h30 e 13h30, no domingo, às 19h30 e ainda na segunda-feira, à 1h, 6h30, 13h30 e 19h30.

Também no sábado e no domingo, às 11h e 23h, a TV Senado apresenta a entrevista do jornalista Fernando Cesar Mesquita com o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, ministro Paulo Costa Leite, sobre a modernização do Judiciário. A entrevista será reapre-

sentada na segunda-feira, às 11h, 17h e 23h.

A quarta edição do programa *Revista Brasília* vai ao ar amanhã, com reapresentação no domingo, sempre às 17h. Entre os destaques do programa estão entrevistas com as integrantes do grupo Avacalhando o Vocal, que mistura teatro e música, e com Cassiano Nunes, especialista na obra de Monteiro Lobato. Também serão mostradas as obras de arte do

Museu do Banco Central, com comentários do artista plástico Ralph Gehre.

No *Espaço Cultural*, dando prosseguimento ao especial sobre blues, será apresentado amanhã, às 14h30 e à meia-noite, e no domingo, às 14h30, o show com a banda brasileira Oficina Blues, com participação especial do gaitista carioca Flávio Guimarães. Ainda no final de semana, a TV Senado exibirá o show de Pauli-

nho Pedra Azul gravado no Teatro Arthur Azevedo, em São Luís, no Maranhão, sempre às 21h30.

No sábado e no domingo, às 16h, a TV Senado apresenta uma palestra com o sociólogo italiano Domenico De Mazi sobre a consciência feminina. E pelas comemorações do Dia do Trabalho, a TV Senado exibe na segunda-feira o especial *Dia do Trabalho – a história do dia do trabalhador*, que irá ao ar às 4h, 8h, 12h, 18h e 21h.

Às 9h e às 14h30 de segunda-feira, serão reapresentadas duas sessões solenes, respectivamente a que comemorou os 40 anos de Brasília e a que lembrou a passagem do segundo aniversário das mortes de Luís Eduardo Magalhães e Sérgio Motta.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

6h30 – *Cidadania*: Senador Lúcio Alcântara e o presidente do Finep, Mauro Marcondes Rodrigues, falam sobre ciência e tecnologia
6h55 – *Senado em Pauta*
7h30 – *Entrevista*: Senador Pedro Piva fala sobre os crimes fiscais
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – 500 Anos: O Brasil-Colônia na TV – Dos grilhões aos quilombos
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – Sessão Plenária (viva)
13h – *Cores do Brasil*: Lençóis Maranhenses
13h30 – *Debate*: Senador Nabor Júnior e o judoca José Mário Tranquilini falam da situação do atleta olímpico no Brasil
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 – *Entrevista*: Senador Nabor Júnior fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
19h – *Cores do Brasil*: Turismo no interior do Amazonas
19h30 – *Cidadania*: Senador Lúcio Alcântara e o presidente do Finep, Mauro Marcondes Rodrigues, falam sobre ciência e tecnologia
20h30 – *Entrevista*: Senador Pedro Piva fala sobre os crimes fiscais
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *Consulta Marcada*: Atividades físicas e saúde
22h30 – *Teatro Arthur Azevedo*: Peça “Segundas Intenções”
0h – *Especial*: Casa-Museu Gilberto e Magdalena Freyre

AMANHÃ

1h – *Debate*: Senador Pedro Piva e o judoca José Mário Tranquilini falam da situação do atleta olímpico no Brasil
1h55 – *Senado em Pauta*
2h – *Unip*: Meningite
2h25 – *Senado em Pauta*
2h30 – *Jornal do Senado*
2h55 – *Senado em Pauta*
3h – *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas
3h30 – *Entrevista*: Senador Geraldo Cândido fala sobre o desastre ambiental na baía de Guanabara
4h – *Jornal do Senado*
4h30 – *Unip*: Meningite
4h55 – *Senado em Pauta*
5h – *TV Escola* – 500 Anos: Um Novo mundo na TV: Dores de colônia
5h30 – *Especial*: Casa-Museu Gilberto e Magdalena Freyre
6h55 – *Senado em Pauta*
6h – *Cores do Brasil*: Folclore e Lençóis Maranhenses
6h30 – *Agenda Econômica*: Ministro Francisco Dornelles
7h25 – *Senado em Pauta*
7h30 – *Entrevista*: Senador Roberto Requião fala sobre a reprodução assistida

7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – 500 Anos: O Brasil Colônia na TV – Gente colonial
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – *ABD no Ar*: Comissão Nacional de Cinema
9h55 – *Senado em Pauta*
9h30 – *Consulta Marcada*: Atividades Físicas e saúde
10h30 – *Especial*: Casa-Museu Gilberto e Magdalena Freyre
10h55 – *Senado em Pauta*
11h – *Entrevista Especial*: Ministro Costa Leite, presidente do STJ
11h55 – *Senado em Pauta*
12h – *Jornal do Senado*
12h30 – *Entrevista*: Senador Álvaro Dias fala sobre a reforma política
13h – *Cores do Brasil* – Turismo no Espírito Santo
12h55 – *Senado em Pauta*
13h30 – *Agenda Econômica*: Ministro Francisco Dornelles
14h30 – *Espaço Cultural*: Show de Flávio Guimarães e Oficina Blues
15h55 – *Senado em Pauta*
16h – *Palestra*: Domênico de Masi fala sobre Consciência Feminina
16h55 – *Senado em Pauta*
17h – *Revista Brasília*
18h – *TV Escola* – 500 Anos: Um Novo Mundo na TV – Encontro no Além-Mar
18h30 – *Entrevista*: Senador Nabor Júnior fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
18h55 – *Senado em Pauta*
19h – *ABD no Ar*: Comissão Nacional de Cinema
19h25 – *Senado em Pauta*
19h30 – *Cidadania*: Senador Lúcio Alcântara e o presidente do Finep, Mauro Marcondes Rodrigues, falam sobre ciência e tecnologia
20h30 – *Entrevista*: Senador Pedro Piva fala sobre os crimes fiscais
20h55 – *Senado em Pauta*
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *Teatro Arthur Azevedo*: Show “Coletânia 2” com Paulinho Pedra Azul
22h30 – *Especial*: Casa-Museu Gilberto e Magdalena Freyre
22h55 – *Senado em Pauta*
23h – *Entrevista Especial*: Ministro Costa Leite, presidente do STJ
23h55 – *Senado em Pauta*
0h – *Espaço Cultural*: Show de Flávio Guimarães e Oficina Blues

DOMINGO

1h30 – *Especial*: Casa-Museu Gilberto e Magdalena Freyre
2h – *Unip*: Gastrite
2h30 – *Jornal do Senado*
3h – *Cores do Brasil*: Turismo em São Luís do Maranhão
3h30 – *Entrevista*: Senador Pedro Piva fala sobre os

crimes fiscais
3h55 – *Senado em Pauta*
4h – *Jornal do Senado*
4h30 – *Unip*: Gastrite
4h55 – *Senado em Pauta*
5h – *TV Escola* – 500 anos: O Brasil-Colônia na TV – Cana de mel, preço de fel
5h30 – *Monumentos de Brasília*: Palácio do Itamaraty
6h – *Cores do Brasil*: Turismo no Pará
6h30 – *Cidadania* – Senador Geraldo Cândido e o professor Sadi Dal Rosa falam sobre a jornada de trabalho
7h30 – *Entrevista*: Senador Nabor Júnior fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – 500 anos: O Brasil-Colônia na TV – Na companhia dos Holandeses
9h – *ABD no Ar*: Comissão Nacional de Cinema
9h30 – *Consulta Marcada*: Atividades Físicas e saúde
10h30 – *Especial*: Casa-Museu Gilberto e Magdalena Freyre
10h55 – *Senado em Pauta*
11h – *Entrevista Especial*: Ministro Costa Leite, presidente do STJ
12h – *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas
12h30 – *Entrevista*: Senador Geraldo Cândido e o professor Sadi Dal Rosa falam sobre a jornada de trabalho
12h55 – *Senado em Pauta*
13h – *Cores do Brasil*: Turismo em Lençóis Maranhenses
13h30 – *Debate*: Senador Pedro Piva e o judoca José Mário Tranquilini falam da situação do atleta olímpico no Brasil
14h25 – *Senado em Pauta*
14h30 – *Espaço Cultural*: Show de Flávio Guimarães e Oficina Blues
15h55 – *Senado em Pauta*
16h – *Palestra*: Domênico de Masi fala sobre Consciência Feminina
17h55 – *Senado em Pauta*
17h – *Revista Brasília*
17h55 – *Senado em Pauta*
18h – *TV Escola* – 500 Anos: O Brasil-Colônia na TV – Dos grilhões aos quilombos
18h30 – *Entrevista*: Senador Roberto Requião fala sobre a reprodução assistida
18h55 – *Senado em Pauta*
19h – *ABD no Ar*: Comissão Nacional de Cinema
19h25 – *Senado em Pauta*
19h30 – *Agenda Econômica*: Ministro Francisco Dornelles
20h30 – *Entrevista*: Senador Geraldo Cândido fala sobre o desastre ambiental na baía de Guanabara
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *Teatro Arthur Azevedo*: Show “Coletânia 2” com Paulinho Pedra Azul
22h30 – *Especial*: Casa-Museu Gilberto e Magdalena Freyre
22h55 – *Senado em Pauta*
23h – *Entrevista Especial*: Ministro Costa Leite, presidente do STJ
23h55 – *Senado em Pauta*
0h – *Revista Brasília*

SEGUNDA-FEIRA

1h – *Agenda Econômica*: Ministro Francisco Dornelles
1h55 – *Senado em Pauta*
2h – *Unip*: Menopausa
2h30 – *Especial*: Dia do Trabalho
2h55 – *Senado em Pauta*
3h – *Cores do Brasil*: Turismo no Espírito Santo
3h30 – *Entrevista*: Senador Lúcio Alcântara fala sobre a reprodução assistida
3h55 – *Senado em Pauta*
4h – *Especial*: Dia do Trabalho
4h30 – *Unip*: Menopausa
4h55 – *Senado em Pauta*
5h – *TV Escola* – 500 Anos – Um novo mundo na TV: A conquista da terra e da gente
5h30 – *Cores do Brasil* – Interior da Amazônia
6h – *Unip*: Menopausa
6h30 – *Agenda Econômica*: Ministro Francisco Dornelles
7h30 – *Entrevista*: Senador Lúcio Alcântara fala sobre a reprodução assistida
8h – *Especial*: Dia do Trabalho
8h30 – *TV Escola* – 500 Anos – Um novo mundo na TV: A conquista da terra e da gente
9h – Sessão Solene em Homenagem aos 40 anos de Brasília (reapresentação)
11h – *Entrevista Especial*: Ministro Costa Leite, presidente do STJ
12h – *Especial*: Dia do Trabalho
12h30 – *Entrevista*: Senador Lúcio Alcântara fala sobre a reprodução assistida
13h – *Cores do Brasil*: Turismo em Manaus
13h30 – *Agenda Econômica*: Ministro Francisco Dornelles
14h30 – Sessão Plenária em Homenagem a Luís Eduardo Magalhães (reapresentação)
16h30 – *Cores do Brasil* – Turismo em Belém

17h – *Entrevista Especial*: Ministro Costa Leite, presidente do STJ
18h – *Especial*: Dia do Trabalho
18h30 – *Entrevista*: Senador Pedro Piva fala sobre os crimes fiscais
19h – *Cores do Brasil*: Turismo em São Luís do Maranhão
19h30 – *Agenda Econômica*: Ministro Francisco Dornelles
20h30 – *Entrevista*: Senador Lúcio Alcântara fala sobre a reprodução assistida
21h – *Especial*: Dia do Trabalho
21h30 – *Teatro Arthur Azevedo*: Show “Coletânia 2” com Paulinho Pedra Azul
21h – *Especial*: Dia do Trabalho
23h – *Entrevista Especial*: Ministro Costa Leite, presidente do STJ

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
10h – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*
Em seguida – Música e informação

PROGRAMAÇÃO SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Iris aponta pressão para banir amianto do país

Fim da produção e sua substituição por uma fibra sintética fabricada na Europa seriam um desastre para a economia de Goiás e do país, alerta o senador, preocupado com os prejuízos para a população de baixa renda

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) denunciou em Plenário, ontem, a ação da *holding* francesa Saint-Gobain, interessada em banir do país a produção de amianto crisotila, produto básico utilizado em obras de saneamento e construção de moradias destinadas à população de baixa renda. As decisões neste sentido, segundo o senador, estariam sendo tomadas por meio do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente, sob a alegação de o produto estar contaminado e provocar problemas pulmonares.

De acordo com o senador, o banimento da produção de amianto e sua eventual substituição por uma fibra sintética fabricada na Europa seriam um desastre para a economia de Goiás e para o país. O efeito imediato seria o fechamento da Sama, empresa localizada na cidade de Minaçu (GO), que atingiu em 1999 a produção de 180 mil toneladas de fibras de amianto crisotila não contaminado.

— Apesar da evidente fragilidade técnica e científica dos argumentos até agora apresentados, os esforços para pôr um fim ao amianto crisotila não contaminado no Brasil estão



Iris: instituições credenciadas comprovam que o amianto de Minaçu não é contaminado

em fase adiantada — disse.

No entanto, segundo Iris, instituições credenciadas comprovam que o amianto crisotila de Goiás não é contaminado por anfibólios, substância responsável pela ocorrência de doenças pulmonares. As doenças associadas ao uso do produto, no Brasil, seriam de origem ocupacional, similares aos casos provenientes da manipulação de materiais como madeira, plásticos, cerâmicas e mármore, explicou.

O senador identifica interesses escusos nessa questão e assinala que o amianto crisotila é um produto barato, com o custo de US\$

500 por tonelada, além de ser acessível à população de baixa renda, minimizando o problema de habitação. Ele salienta que a *holding* Saint-Gobain lidera o movimento internacional para proibir o amianto produzido pelo Brasil, mas é também acionista da Sama. Iris estranhou o fato de a empresa localizada em Goiás, pioneira na obtenção do certificado ISO 14.000, concordar com seu fechamento.

Em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) saudou a iniciativa de Iris Rezende e afirmou que o que contamina não é o amianto, mas os interesses internacionais mascarados em preocupação ambiental. Lando defendeu a instalação de uma CPI mista para investigar o assunto. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que a produção de amianto gera inúmeras pressões, mas há pessoas sinceramente preocupadas com a saúde do trabalhador.

Iris afirmou que trará ainda outros fatos comprometedores relacionados aos grupos interessados em banir o amianto e prometeu passar ao ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e ao presidente Fernando Henrique Cardoso informações que permitam uma avaliação correta da situação.



Moreira Mendes garante que as indústrias da Zona Franca obedecem a padrões internacionais

programa de interiorização econômica. Dessa forma, disse, estimula-se o uso de matérias-primas regionais e a biodiversidade amazônica.

— Para manter seu excepcional fôlego econômico, é preciso que a Suframa reorientar seus objetivos para o mercado exportador — afirmou o senador.

Segundo ele, de 1996 a 1999, a Zona Franca de Manaus aumentou suas exportações de US\$ 266 milhões para R\$ 420 milhões em vendas diretas. Para isso, continuou, a produção do pólo decidiu obedecer rigorosamente a padrões internacionais de preço e qualidade, garantindo a obtenção de certificados ISO 9000 por diversas empresas.

Como iniciativas inovadoras e bem-sucedidas, que fortaleceram o papel da Zona Franca na Amazônia Ocidental, Moreira Mendes listou a viabilização de um centro tecnoló-

gico na região com a cooperação das universidades locais. Ele lembrou ainda que será inaugurado, no final do ano, um centro de biotecnologia da Amazônia, no valor de R\$ 60 milhões.

Moreira Mendes destacou a instalação de indústrias de cosméticos e higiene pessoal que utilizam aromas e substâncias da região. O setor têxtil, que adota modelo de cooperativas, e o automobilístico, que produzirá triciclos para carga com tecnologia indiana, também estão se instalando na região graças à atuação da nova direção da Suframa.

Álvaro: empresários temem reestruturação de bancos oficiais

Notícia de que o governo, mediante o Ministério da Fazenda, analisa proposta de reestruturação dos bancos oficiais, apresentada pela consultoria Booz Allen & Hamilton, preocupa entidades da classe empresarial, segundo afirmou Álvaro Dias (PSDB-PR) em discurso ontem no Plenário. O senador, que recebeu manifestação sobre o assunto da Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (PR), disse estar surpreso com o encaminhamento que o governo pretende dar às instituições financeiras oficiais, lembrando que ele tem “compromissos com a população, assumidos durante a campanha, que dizem respeito ao programa da social-democracia”.

A entidade paranaense avaliou principalmente a proposta da consultoria de retirar do Banco do Brasil as atividades ligadas ao crédito rural e de transformá-lo em banco exclusivamente comercial, com o fechamento de agências deficitárias, esclareceu o senador. A reestruturação sob análise também prevê a criação de duas novas agências de fomento via fusão do Banco da Amazônia (Basa) com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Banco do Nordeste (BNB) com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Com a fusão, o Basa e o BNB deixariam de captar recursos junto ao público.

A consultoria, segundo relatou o senador, alega que a concessão de financiamentos agrícolas exige muitos funcionários, encarecendo os empréstimos feitos pelo BB, e sugere que os recursos para crédito rural sejam captados nas próprias regiões. O senador leu o conteúdo do documento que lhe foi enviado pela Associação Comercial, que diz:

— É de conhecimento primário que mercados financeiros devem financiar as atividades primárias, até porque esta últi-



Álvaro afirma que PSDB não pode abandonar suas bandeiras em nome de apoio cego ao governo

ma é uma grande transferidora de recursos aos insaciáveis sistemas financeiros. Além do mais, é impossível exercer atividades agropecuárias na Avenida Paulista ou em Copacabana.

Sobre o mesmo assunto, Álvaro Dias repercutiu editorial de jornal de Guarapuava e advertiu que outro equívoco do governo estaria na proposta de venda de ações da Petrobras de propriedade da União. Ele informou que, na próxima terça-feira, a bancada do PSDB reúne-se com os ministros Pedro Malan (Fazenda), Rodolpho Tourinho (Minas e Energia), Alcides Tápias (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e Pedro Parente (Casa Civil) para discutir a questão, e defendeu que seu partido deve adotar posição contrária à do governo. “O PSDB não pode abandonar todas as suas bandeiras em nome de um apoio intransigente e cego a todas as ações do governo”, disse ele.

Álvaro Dias recorreu a entrevista do brasileiro Thomas Skidmore, para quem boa parte dos problemas brasileiros pode ser atribuída ao vácuo intelectual, ao conformismo e à falta de confiança em buscar alternativas econômicas e políticas próprias. A entrevista de Skidmore “é um alerta”, advertiu.

— É hora de o governo repensar não apenas o modelo de privatização, mas também o próprio modelo econômico — defendeu.

Moreira destaca avanços na administração da Zona Franca

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) elogiou, ontem, em Plenário, a atuação do superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), o economista Antônio Sérgio Martins de Melo. Segundo o senador, a Suframa vem dinamizando a economia da região, por meio da descentralização de sua administração e de seus recursos.

Para o senador, a proposta de trabalho, que vem sendo desenvolvida desde a administração anterior, a cargo de Mauro Ricardo Machado Costa, imprimiu eficiência “jamais verificada” na Zona Franca, pelo reordenamento de investimentos, que vinham sendo destinados quase que exclusivamente a Manaus.

Moreira Mendes comentou que, ao mesmo tempo em que se revigora a industrialização de Manaus, os recursos estão sendo distribuídos para o resto da região, como parte de um